

PREFEITURAS

## Governo teme por migração em massa

» A disposição do Congresso em cortar a alíquota de contribuição das prefeituras ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) acendeu um alerta dentro do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para o risco de migração em massa de municípios que hoje mantêm regimes próprios de Previdência.

Eventual transferência de servidores municipais para o regime geral poderia aprofundar o déficit do INSS, que em 2023 fechou em R\$ 311,3 bilhões —o R\$ 283,6 bilhões, descontado o pagamento extraordinário de precatórios repassados de anos anteriores.

O temor existe porque o Congresso aprovou uma lei que reduz de 20% para 8% a contribuição patronal dos municípios com até 156,2 mil habitantes. A medida foi vetada por Lula, mas foi restabelecida pelos parlamentares.

Na sequência, o governo editou uma MP (medida provisória) para revogar o benefício, considerado inconstitucional pela área jurídica do Executivo. A iniciativa, porém, enfrenta resistências de deputados e senadores e é ainda alvo de negociações.

Só com as prefeituras que hoje já recolhem para o INSS o impacto é de R\$ 4 bilhões ao ano. Mas a desoneração poderia criar uma situação de elevada disparidade com as 2.188 prefeituras que têm regimes próprios e são responsáveis por mantê-los em equilíbrio.

Nesses municípios, a alíquota patronal normal oscila entre 11% e 31%, com uma média de 16,5%. No entanto, o déficit atuarial —jargão técnico para o dado que sinaliza a falta de dinheiro suficiente para cobrir o pagamento de benefícios no futuro— obriga cerca de metade das prefeituras a arcar com alíquotas suplementares que vão de 0,1% a 153,7% sobre a folha (em média, 18,5%).

Na avaliação do MPS (Ministério da Previdência Social), o corte da alíquota do INSS para municípios poderia intensificar a busca de prefeitos pela migração para o regime geral como forma de obter um alívio de curto prazo sobre o caixa. Esse movimento já vinha ocorrendo no ano passado, em meio às dificuldades financeiras dos municípios.

Embora no curto prazo a migração possa elevar receitas do INSS, no futuro o rombo será maior com o pagamento de mais aposentadorias.

"Antes mesmo da decisão do Congresso Nacional, passamos todo o ano passado recebendo prefeitos para saber se haveria Refis [refinanciamento de dívidas] alongado, de 240 meses, outros querendo fazer a conta se valeria a pena migrar para o RGPS", disse à Folha de S.Paulo o secretário do Regime Geral de Previdência Social, Adroaldo da Cunha Portal.

A CNM (Confederação Nacional dos Municípios) afirmou que o argumento do governo é uma "manobra" para adiar a discussão da contribuição previdenciária das prefeituras enquanto propõe um modelo intermediário de cobrança, baseado em renda per capita, nível de população ou riqueza —todos rejeitados pela entidade.

Segundo avaliação preliminar do governo, 1.950 municípios com regimes próprios de Previdência (91% do total) são mantidos por cidades com até 156,2 mil habitantes e poderiam se beneficiar da alíquota reduzida do INSS em caso de migração.

Eventual transferência não iria eximir as de compromissos, como pagar ao INSS tudo o que já foi recolhido para aquele grupo de segurados (a chamada compensação previdenciária) ou arcar com benefícios já concedidos pelo regime próprio.

Mas técnicos reconhecem que essas obrigações só teriam impacto no caixa dos municípios a médio e longo prazo. Em outras palavras, a mudança de regime poderia ser atrativa para prefeitos interessados em sair de uma situação de pressão e obter um fôlego de curto prazo.

Nesse horizonte, a migração traria, de fato, um alívio. Além de reduzir a alíquota normal para os 8% aprovados pelo Legislativo, as prefeituras poderiam reduzir ou até extinguir as cobranças suplementares. O dinheiro ficaria livre para custear outras políticas públicas.

O que preocupa o governo federal é que alguém precisará pagar essa conta no futuro. A arrecadação do INSS ficaria menor para um montante de obrigações cada vez maior. O desequilíbrio acentuado das contas da Previdência exigiria um esforço fiscal ainda maior da União.

A mudança também traria repercussões relevantes para os servidores municipais.

No caso de um funcionário que trabalhou a vida inteira para a prefeitura e nunca contribuiu para o INSS, a migração de regime o jogaria na regra definitiva para aposentadoria aprovada na reforma da Previdência —isto é, idade mínima de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens, sem direito à transição.

O grande número de implicações levou a Secretaria do Regime Próprio e Complementar, ligada ao MPS, a elaborar uma cartilha para conscientizar as prefeituras sobre a "bomba-relógio" que seria a extinção dos fundos atuais. Tal decisão seria irrevogável, já que a reforma proibiu a criação de novos sistemas locais.

Para a CNM, o pagamento da compensação e a repercussão sobre a vida dos servidores já seriam motivos de sobra para desencorajar a migração.

"Não existe hipótese real de o município fazer isso. O governo está, mais uma vez, manobrando por algo favorável a ele e atrasa a ajuda aos municípios", disse o presidente da entidade, Paulo Ziulkoski.

Mesmo sem migração, o governo avalia que a alíquota patronal menor no INSS pode incentivar contratações temporárias (vinculadas ao regime geral) em detrimento de concursos públicos (cujos servidores ingressariam no regime próprio).

### CONGRESSO.

O secretário do RGPS afirmou que a desoneração das prefeituras, embora seja uma reivindicação legítima dos municípios, é exemplo de como o Congresso se mostra cada vez mais sensível a demandas de grupos por vantagens no âmbito da Previdência.

O ministério monitora o andamento de propostas que podem conceder privilégios a determinadas categorias.

Um dos projetos, aprovado em maio de 2023 no Senado, pretende estender a guardas municipais e outras categorias o direito a aposentadoria especial. Outra iniciativa propõe um abono anual (14º salário) para aposentados e pensionistas do INSS. (FP)

# ICMS e IPVA podem ser parcelados em SP

Nova Lei. Pagamento das dívidas promete ser facilitado tanto para pessoas físicas quanto jurídicas



» José Luiz Souza de Moraes e Fabrizio Pileri atuam pela Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo, a APESP

Uma lei aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) e sancionada pelo governador Tarciso de Freitas (Lei nº 17843/23) vai permitir o parcelamento de débitos inscritos em Dívida Ativa em até 145 vezes. Trata-se do 'Acordo Paulista', um programa do Governo de São Paulo que versa sobre a inovação na transação tributária do Estado, e entrará em vigor no dia 7 de fevereiro.

A Dívida Ativa é o conjunto de créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública, que não foi recebido no prazo para pagamento definido em lei ou decisão proferida em processo regular, cadastrado no Sistema da Dívida Ativa pelo órgão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez. A promoção do controle e da cobrança dos débitos estaduais inscritos em dívida ativa é uma atribuição dos procuradores do Estado de São Paulo, que atuam na Procuradoria Geral do Estado de São Paulo (PGE/SP).

Com a nova lei, o pagamento das dívidas promete ser facilitado tanto para pessoas físicas quanto jurídicas (empresas). Um dos pontos da des-

burocratização no programa Acordo Paulista é permitir a utilização de créditos em precatórios e de créditos acumulados de ICMS para redução do saldo devedor. Além disso, os descontos nos pagamentos de multas, juros e demais acréscimos também serão maiores — será possível chegar a 70% do valor transacionado, em caso de débitos de classificados como "irrecuperáveis" ou de "difícil recuperação".

"Na arrecadação da dívida ativa, os procuradores do Estado de São Paulo têm por propósito combater a sonegação de impostos e buscar a recuperação do crédito tributário. Mas que advogar pelo Estado, os procuradores defendem a sustentabilidade fiscal em prol da população", explica José Luiz Souza de Moraes, presidente da Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo (APESP).

A arrecadação de dívida ativa feita pelos procuradores do Estado de São Paulo no último ano alcançou uma marca histórica: foram totalizados R\$ 4,4 bilhões em débitos inscritos em Dívida Ativa no ano de 2023, um incremento de 37,1% em relação ao último triênio, e de 16,2% em relação ao ano de 2022.

Os montantes são, em grande maioria, débitos de ICMS, IPVA e IT-CMD não pagos no vencimento pelos contribuintes e que passam a ser cobrados pela PGE/SP após a inscrição em dívida ativa. Dentro deste universo, os contribuintes paulistas buscaram os procuradores para se regularizar e o deferimento de transações no modelo ainda vigente resultou em R\$ 443 milhões efetivamente pagos e transferidos aos cofres públicos (Lei nº 17293/20). Espera-se um grande incremento desses montantes a partir da entrada em vigor da nova lei.

Com o programa Acordo Paulista, tanto pessoas físicas quanto jurídicas terão um estímulo a regularizar seus débitos estaduais a longo prazo. "Essa é uma oportunidade para os contribuintes e, também, para as empresas, que são parte importante para a economia de nosso estado. Esse novo mecanismo converge com a nossa atuação como procuradores, estimulando também que o empresário e gerador de empregos possa ter possibilidades de se recuperar sem recorrer à falência", acrescenta Fabrizio Pileri, diretor financeiro da APESP. (DL)

### Fique ligado

## Economistas mantêm previsão para inflação, PIB e juros em 2024

O economistas ouvidos pelo Banco Central (BC) mantiveram as previsões dos principais índices econômicos no boletim Focus, divulgado na manhã desta terça-feira (6).

A expectativa para a inflação deste ano permanece em 3,81%, após ter caído na semana passada. A perspectiva para os próximos três anos também seguiu a mesma: 3,5% para 2025, 2026 e 2027.

No PIB (Produto Interno Bruto), a expectativa foi mantida em 1,6% (2024) e 2% (2025, 2026 e 2027). Mesmo a taxa Selic, que teve um novo corte de 0,5 ponto percentual na última quarta-feira (31), teve a previsão estagnada em 9% para este

ano, como já ocorre há seis semanas.

O único índice que teve uma leve alteração foi o dólar para 2026, que caiu de R\$ 5,05 para R\$ 5,04. Nos outros anos, os economistas mantiveram a expectativa de R\$ 4,92 (2024), R\$ 5 (2025) e R\$ 5,10 (2027).

O boletim Focus costuma ser divulgado na segunda-feira, mas foi adiado em um dia em virtude do protesto dos servidores do BC, que pedem melhorias na carreira, contratação de mais servidores, reajuste salarial, retribuição por produtividade, exigência de nível superior para o cargo de técnico e outras solicitações.

De acordo com o sindicato, o Banco Central não realiza concurso há mais de dez anos e tem hoje 44% de postos vagos de um total de 6.470. (FP)

No PIB (Produto Interno Bruto), a expectativa foi mantida em 1,6% (2024) e 2% (2025, 2026 e 2027)



» O único índice que teve uma leve alteração foi o dólar para 2026, que caiu de R\$ 5,05 para R\$ 5,04. Nos outros anos, os economistas mantiveram a expectativa de R\$ 4,92 (2024), R\$ 5 (2025) e R\$ 5,10 (2027)